

A POLÍTICA LINGUÍSTICA DA ERA VARGAS E SEUS EFEITOS NA VIDA DE DESCENDENTES DE IMIGRANTES ALEMÃES DE NOVO MACHADO-RS

LANGUAGE POLICIES OF THE VARGAS ERA AND ITS EFFECTS ON THE LIVES OF GERMAN IMMIGRANTS FROM NOVO MACHADO-RS

Eliana Rosa Sturza¹
Rejane Beatriz Fiepke²

Resumo: Pretendemos aqui suscitar uma reflexão em torno da política linguística do Estado Novo, na Era Vargas, implantada por meio do Decreto-Lei nº 406, de 04 de Maio de 1938, e cujos reflexos dos seus efeitos se perpetuam até os dias atuais, no âmbito da língua, entre os descendentes de imigrantes alemães no município de Novo Machado, na região noroeste do Rio Grande do Sul. Partimos dos princípios do campo da enunciação, na perspectiva de Guimarães (2005), como forma de acercar-nos de contribuições teóricas e analíticas pertinentes para o estudo, e constituímos nosso *corpus* a partir de entrevistas realizadas com sujeitos residentes na localidade referida. Assim, esta investigação nos possibilitou compreender como os sujeitos carregam, ainda nos dias atuais, em suas práticas linguísticas, influências decorrentes do Decreto de Nacionalização, e como isso os caracteriza e os significa em termos de identidade.

Palavras-chave: Decreto de Nacionalização. Língua. Intervenção. Enunciação.

Abstract: Here, we intend to evoke a reflection around the language policies of the New State, in the Vargas Era, implanted through Decree-Law nº 406, May 4th, 1938, of which the reflections of its effects perpetuate to the present day, within the scope of language, among the descendants of German immigrants in the municipality of Novo Machado, Northeast region of Rio Grande do Sul. We started from enunciation field principles, from the perspective of Guimarães (2005) as a way to surround us with theoretical contributions and pertinent analytics for the study, and we constituted our corpus from interviews with residents of the referred locality. This way, this investigation allowed us to comprehend how the subjects carry through to this day, in their linguistic practices, influences from the Decree of Nationalization, and how this characterizes and signifies them in terms of identity.

Keywords: Decree of Nationalization. Language; Intervention. Enunciation.

A língua se consolida como um instrumento que vai além de servir meramente para a comunicação humana. Sua importância atravessa diversos campos e se depara com questões

¹Doutora em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP. Professora do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Santa Maria – UFSM. E-mail: listurza@gmail.com

²Mestranda em Letras/Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Santa Maria. Bolsista CAPES. Graduada em Jornalismo pela mesma universidade. E-mail: rejanefiepke@hotmail.com

como a identidade, uma vez que consiste em uma característica peculiar inerente a cada indivíduo, a uma nação, a um povo. Guimarães (2003, p. 48) afirma que “línguas não são objetos abstratos que um conjunto de pessoas em algum momento decide usar. Ao contrário, são objetos históricos e estão sempre relacionadas inseparavelmente daqueles que as falam”, demonstrando assim todo o processo em que as práticas linguísticas se inserem, significando os sujeitos.

Em decorrência do poder agregado à língua, ao longo da história muitos governantes preocuparam-se em demasia com a sua capacidade de influência sobre os sujeitos, enxergando-a, inclusive, como um perigo. Assim, optaram por intervir na prática linguística das pessoas por meio de políticas, decretos e leis, regulamentando o uso das línguas.

Esta situação se consolidou no Brasil em 1938, durante o governo do presidente Getúlio Vargas, que instituiu o Decreto-Lei nº 406, de 04 de Maio, determinando regras acerca das práticas culturais, educacionais e linguísticas dos imigrantes em solo brasileiro, com a justificativa de primar pelo fortalecimento da identidade nacional.

Desse modo, os sujeitos que traziam uma riquíssima bagagem cultural de seus países de origem viam-se repentinamente obrigados a abandonar o que não raras vezes era a única herança e memória de sua terra natal. Como exemplo, adotado no presente artigo, está o município de Novo Machado e seus habitantes, descendentes de imigrantes europeus que ainda carregam consigo as marcas da intervenção linguística, mesmo não tendo a vivenciada pessoalmente.

O município de Novo Machado, em que residem os sujeitos entrevistados neste estudo, tem como característica histórica a forte presença da imigração alemã. Segundo as historiadoras locais Priebe e Schroeder (2005), os primeiros colonizadores alemães chegaram a Novo Machado a partir de 1918, procedentes de vários países Europeus, ocupando inicialmente a região da atual sede e arredores, especialmente, a localidade de Lajeado Gateados. De modo geral, a etnia alemã sempre agregou muito valor à questão da língua materna, que desde os primórdios da colonização até os dias atuais é usada na comunidade. Priebe e Schroeder (2005) ressaltam como ela se faz presente em todos os âmbitos sociais.

Os imigrantes alemães, talvez mais do que as outras etnias, mantiveram muito fortes as suas tradições e a sua cultura, especialmente, através do cultivo da língua, na própria família, nas práticas religiosas e, da mesma forma, na educação escolar, pois os próprios alemães organizaram suas escolas, administrando-as. (PRIEBE e SCHROEDER, 2005, p. 59).

Com exceção de um pequeno número de pessoas, todos sabem se comunicar na língua oficial, o português; mas o alemão permanece com destaque na comunidade novomachadense. Quem conhece o município, atualmente, sequer imagina o passado de repressão e silenciamento que os primeiros colonizadores enfrentaram, sujeitados ao Decreto de Nacionalização de 1938, que visava construir uma unidade nacional pela língua.

Assim, mesmo passados muitos anos desde a imposição da intervenção varguista, buscamos refletir acerca dos efeitos dessa política sobre a prática linguística das gerações seguintes, mais especificamente sua relação com a língua de imigração e o português. O que se torna possível a partir de entrevistas com moradores residentes no município.

O sujeito imigrante e o projeto de nacionalização

Os imigrantes e os seus descendentes tiveram de se adaptar não somente ao trabalho e modo de vida do novo país, mas também à língua falada no Brasil. A Era Vargas foi um dos períodos mais difíceis para a manutenção da cultura desses povos, pois nessa época foi publicado o Decreto de Nacionalização que proibia o uso de línguas estrangeiras no Brasil, em virtude da ameaça que representavam ao Governo no contexto vigente. As escolas tiveram seus professores compulsoriamente substituídos por professores falantes de português. Era a Lei da Nacionalização, de maio de 1938. As autoridades oficiais compreendiam que era obrigação do Estado intervir como forma de manter a unidade do país. Segundo Bueno, Caraméz, Backes e Castro

Com o objetivo de promover uma identidade nacional, o presidente Getúlio Vargas sancionou o Decreto-Lei 406, de maio de 1938, que dispõe sobre a entrada de estrangeiros no território nacional. Iniciou aí campanha de nacionalização, que coibiu o uso de línguas estrangeiras, bem como manifestações culturais e posse de materiais que lembrassem os países de origem dos imigrantes. (BUENO, CARAMEZ, BACKES E CASTRO, 2016).

O Decreto de Nacionalização levou os imigrantes, de modo forçado, a se introduzirem na cultura do povo brasileiro. Muitos apenas sabiam falar sua língua mãe e sofreram por serem obrigados a aprender a língua portuguesa. A política linguística do governo Vargas gerou na alma e no coração de todos os imigrantes e seus descendentes, empenhados no desenvolvimento do país desde o início da imigração, uma profunda mágoa histórica. De acordo com Zanini (2007, p.15), “durante esse período, os imigrantes destes países de origem e seus descendentes foram tidos como ‘perigos nacionais’, havendo forte repressão e perseguições”.

Em decorrência dos acontecimentos que se sucediam em nível de mundo, como o eclodir da Segunda Guerra Mundial, o Governo brasileiro percebeu a força que a língua dos estrangeiros trazia para o país e o medo de que ela, juntamente com a cultura alemã, pudesse influenciar o pensamento dos cidadãos brasileiros, em um tempo marcado pelo nazismo. Segundo Neitzke:

Com o crescimento do partido nazista na Alemanha e a escalada da violência na Europa, as comunidades teutas no Brasil foram afetadas diretamente pela propaganda do partido nazista, que via nessas comunidades grande potencial para o crescimento da ideologia nazista no país, uma vez que aqui existia grande quantidade de teutos, o que contribuiu para o surgimento do “Mito do Perigo Alemão”, amplamente explorado e difundido pela mídia, nos tempos da Segunda Guerra Mundial. (NEITZKE, 2013, p. 03)

Assim, no momento em que iniciou o processo de nacionalização, os imigrantes de origem europeia foram imensamente marcados, e as regiões com influência estrangeira começaram a ser vigiadas. Conforme Pandolfi (2003, p.15), foi “um dos períodos mais repressivos e eficientes da história do Brasil”.

A entrevistada Gretel Priebe, professora aposentada e historiadora local no município onde vive, Novo Machado, relata detalhes do período da proibição. Conhecedora das experiências e histórias de várias pessoas que vivenciaram a época em que estava em vigência o Decreto da Nacionalização, e inclusive pelos relatos da própria família, Gretel fala sobre o assunto, mostrando, inclusive, uma carta datada de 1942, aberta pela censura, que integra o seu museu pessoal.

Durante a Segunda Guerra Mundial, as perseguições aos imigrantes alemães e italianos foram muito ferrenhas no momento em que o Brasil acabou se envolvendo na guerra. As liberdades todas acabaram sendo muito limitadas, inclusive a própria comunicação, pois a única comunicação que havia era pelo correio, não havia telefone, não haviam outras formas de comunicação. Então as comunicações escritas eram censuradas pelo Governo, como dá para ver aqui nesse envelope de carta que a minha família recebeu em 1942, aberta pela censura e ainda com um carimbo que diz “Quem nasce no Brasil é brasileiro ou traidor”, a frase é de General Lauro Müller. Isso era uma coisa muito difícil para as pessoas, principalmente a proibição da língua, porque muitas pessoas, principalmente entre os de origem alemã, só sabiam falar o alemão, e isso era proibido e fiscalizado, muitas vezes até por compatriotas dentro da própria casa. Às vezes as pessoas em troca de dinheiro denunciavam seus compatriotas, e isso criou muita insegurança e muita tristeza. (Gretel Priebe, entrevistada).

Seyferth (1994) afirma que a grande maioria dos imigrantes alemães não pretendia voltar para a Alemanha. Eles tinham consciência de que o retorno para a terra natal apresentava diversos empecilhos, uma vez que este seria muito caro, considerando que a situação de emergência na Europa não mudaria de uma hora para a outra e, uma vez lá,

voltariam a viver em condições precárias. Além disso, a grande maioria dos imigrantes já chegou ao país com a ideia de fazer do Brasil sua nova “terra natal”, em outras palavras, de realmente assumir a cidadania brasileira e construir uma nova história nesse chão.

Perspectiva teórico-analítica

Para compreender o processo da relação entre os sujeitos descendentes de imigrantes alemães com as suas práticas linguísticas, tomamos os pressupostos da Teoria da Enunciação, aprimorada por Guimarães (2005), como aporte teórico-analítico que considera a historicidade atrelada aos enunciados, que, conforme o autor, é imprescindível entendê-los como acontecimentos que envolvem o sujeito, a língua, a temporalidade e o real, criando, assim, a possibilidade de significação.

A Teoria da Enunciação, a partir da perspectiva de Guimarães (2005), dialoga com os Estudos do campo da Política de Línguas, pois, segundo o autor, o político pode ser compreendido como o “fundamento das relações sociais”, e, nesse sentido, “o político é um conflito entre uma divisão normativa e desigual do real e uma redivisão pela qual os desiguais afirmam seu pertencimento”. Assim, considerando que o político é a divisão que sustenta as relações sociais, podemos afirmar que a linguagem tem um papel essencial nessas manifestações, pois, ao falar, o homem se insere em uma divisão social. Weber (2013, p.18) destaca que “para que o político se constitua na língua é preciso haver enunciação”. Desse modo, tomando a questão desta pesquisa, é imprescindível que se considere os sentidos agenciados politicamente no acontecimento da linguagem, pois o sujeito, enquanto enunciador, está inserido em determinado contexto sócio-histórico e o político está inerente a este ato.

A língua de imigração alemã praticada pelos sujeitos entrevistados para este estudo pode ser definida como um falar de “pouco prestígio”, sob a ótica de Guimarães (2003, p.52), pois apesar de se manter preservada como um riquíssimo traço cultural que historicamente sofreu tentativas de apagamento e silenciamento, ainda gera um sentimento de língua inferior.

Os registros e os falares pouco valorizados, assim como as línguas indígenas de modo geral, além de significados como errados, são “línguas maternas” mas não de brasileiros, e são significados como línguas de cultura por oposição às línguas civilizadas. São assim significados como primitivos. Por outro lado, enquanto línguas de cultura são línguas de identidades locais, e não de identificação com a nação, com o povo brasileiro. (GUIMARÃES, 2003, p. 52).

Assim, acreditamos que o aporte teórico-analítico da Teoria da Enunciação é capaz de nos possibilitar um estudo e análise adequados desta situação de prática de língua, que envolve o sujeito de maneira tão subjetiva e influência na sua constituição identitária e no seu reconhecimento enquanto parte de um processo histórico e social.

Lembramos ainda que os descendentes de imigrantes alemães, em decorrência do percurso histórico que atravessaram desde o período da geração anterior, criaram um imaginário de língua correta, que se constituiu principalmente pela implantação do Decreto de Nacionalização da Era Vargas. Nesse sentido, mobilizamos o conceito de Língua Imaginária, apresentado por Orlandi (1988, p.28), como sendo aquela presa aos sistemas de normatização, a citar gramáticas e dicionários. Em outras palavras, é a língua idealizada.

Nesse contexto, a língua imaginária foi se consolidando no momento em que os sujeitos descendentes de imigrantes se depararam em um confronto originado na escola, pois presenciaram a sua língua materna passar por um esvaziamento de valor e sentido para a nova realidade linguística, em um sistema que se mantém sobre os alicerces de normas e regras, e inclusive classifica as línguas como certas ou erradas, aceitáveis ou não para determinadas situações.

Como procedimento metodológico inicial, realizou-se a pesquisa bibliográfica para trabalhar os conceitos demandados pela presente proposta. Lakatos e Marconi (1995, p.14) concordam que esta é uma busca e levantamento de toda a bibliografia já existente, no intuito de “colocar o pesquisador em contato direto com tudo aquilo que foi escrito sobre determinado assunto”. Já Stumpf (2002) diz que se trata de “um conjunto de procedimentos para identificar, selecionar, localizar e obter documentos de interesse para a realização de trabalhos acadêmicos e de pesquisa, bem como técnicas de leitura e transcrição de dados que permitem recuperá-los quando necessário”.

Assim, a partir do conhecimento da produção científica já existente sobre o assunto, é possível obter um aporte que contribuirá como direcionamento de novas pesquisas, visando explorar o novo, aquilo que ainda não foi alvo de estudos.

O *corpus* se constitui por meio de entrevistas com sujeitos descendentes de imigrantes alemães e residentes no município de Novo Machado, escolhidos por indicação. As perguntas das entrevistas que constituem o roteiro são semiabertas (roteiro base semiestruturado), pois, conforme Duarte (2008), este método permite ter uma visão mais ampla do fenômeno e uma posterior análise mais consistente dos dados. Com isso, podemos obter informações completas e aprofundadas sobre a temática.

Efeitos do Decreto de Nacionalização e as atuais práticas linguísticas

Sabe-se que a intervenção humana na língua ou nas suas situações não é novidade, pois sempre houve indivíduos tentando legislar, ditar o uso correto ou intervir na forma da língua. Bem como é comum o poder político privilegiar essa ou aquela língua, escolhendo governar o Estado numa língua ou mesmo impor à maioria a língua de uma minoria.

Há uma diferença nas intervenções linguísticas, que são classificadas por Calvet (2002a, p.17) como de iniciativa *in vivo* ou *in vitro*. As intervenções *in vivo* se originam a partir de escolhas dos próprios indivíduos, sem haver nenhuma participação direta do Estado, e, neste caso, a solução de uma problemática é apresentada por meio de uma prática social. Já as intervenções *in vitro* são aquelas que se realizam através de decretos e leis, consistindo em uma espécie de ação de poder sobre a evolução de certa situação, e que são denominadas oficialmente como políticas linguísticas. Quanto à segunda classificação, estão agregados meios como a criação de novas palavras, padronização da língua, e determinação de suas funções.

O processo de nacionalização dos imigrantes europeus no Brasil contou com a intervenção direta do Estado, durante o chamado Estado Novo, na década de 1930, quando foi oficialmente interditada a prática linguística dos imigrantes. A interdição ocorreu por meio de legislações e de uma intensa campanha de nacionalização do ensino primário, que concomitantemente implantou o português como língua nacional em regiões de colonização estrangeira e interditou a prática dessas línguas dos imigrantes. (PAYER, 2001, p.252).

A interdição das línguas estrangeiras ocorreu, pela escrita, no universo institucionalizado da escola. No entanto, na oralidade do discurso mantiveram-se presentes por longa data, e prevalecem, até hoje, certos traços das línguas interditadas. O que acaba por prolongar os efeitos da interdição na relação que esse grupo, descendente de imigrantes, estabelece com a sua memória, nacionalidade, com a língua nacional e com os traços da língua materna. (PAYER, 2001, p.253).

O entrevistado número 1 reside no meio rural do município, e é agricultor por profissão. Questionado acerca da sua relação com a língua alemã, de imediato ele recorda o período da escola em que a prática da língua, apesar de já não estar sob as ordens do decreto de 1938, era ainda reprimida.

Lembro que só ‘ganhemo’ castigo quando ‘falemo’ em alemão na escola, tinha que ficar na sala na hora do recreio e ganhava a régua nos dedo, mas nós não sabia brasileiro direito, porque em casa era tudo sempre em alemão. Hoje já tanto faz pra

mim, falo os dois, mas quando posso falar alemão melhor ainda [risos]. (Entrevistado número 1).

Percebemos que apesar do tempo transcorrido desde o período da escola, prevalece a preferência pela língua materna nas relações cotidianas. O entrevistado afirma dominar as duas línguas atualmente, diferente da época da sua infância. Considerando o enunciado do Entrevistado 1, podemos destacar o que Guimarães (2003, p. 49) enfatiza acerca da escola enquanto aparelho ideológico que interfere diretamente sobre as práticas linguísticas dos sujeitos, ressaltando que “enquanto língua do Estado e língua nacional, o português dispõe de instrumentos específicos de organização do espaço de enunciação: a Escola, a gramática e o dicionário. A estas se junta de maneira decisiva hoje a mídia”. Assim, no imaginário do Entrevistado 1, a escola permanece como o local que determina o que é certo e errado, e se constitui também como um espaço de silenciamento da língua materna.

A entrevistada de número 2 reside na zona urbana da cidade, e é dona de casa por profissão. Nascida em uma família tradicional alemã, conseqüentemente tem o alemão como língua materna, sendo esta também a língua com que mais se identifica ainda hoje.

Hoje se tem que falar brasileiro a gente fala, mas alemão é sempre melhor. Quando saio na cidade, gosto mais quando posso falar em alemão com as pessoas, brasileiro sai mais atrapalhado [risos]. Eu poderia falar muito mais brasileiro as vezes, mas daí eu penso que quando eu falo brasileiro os outros vão pensar ‘ela fala tão atrapalhado’. Em casa só falo alemão. (Entrevistada número 2).

Denotamos uma preocupação em relação aos outros sujeitos do seu convívio social, ao assumir que tem medo que pensem que seu português é atrapalhado. E, novamente, uma identificação mais forte com a língua materna, que continua como a língua praticada nas relações familiares e com as pessoas que também compreendem a mesma.

Evidencia-se também uma consciência de que o alemão influencia diretamente o seu português, que neste caso é a segunda língua. Bem como o reconhecimento de uma comunidade constituída pelos mesmos traços linguísticos e culturais, em que se identifica enquanto sujeito social e histórico.

A entrevistada de número 3 também reside na cidade de Novo Machado, e é artesã. Dentre os destaques da sua fala está o orgulho por ter aprendido o português, lembrando-se do tempo em que compreendia pouco da língua em virtude de ter nascido e crescido em um contexto familiar onde todas as práticas eram cercadas pela cultura alemã, principalmente a língua.

Já aprendi muito em brasileiro. Antigamente não entendia quase nada quando o pastor pregava em brasileiro, hoje já entendo tudo. Em casa prefiro falar em alemão,

parece que me sinto melhor, mas fora de casa consigo falar bem o brasileiro.
 (Entrevistada número 3).

Podemos observar que a Entrevistada 3 guarda também uma lembrança da prática religiosa, o culto, sendo esse um dos pilares da cultura alemã. Conforme Gaelzer (2014, p. 54), referindo-se aos imigrantes e seus descendentes na região noroeste do Rio Grande do Sul, “a Língua Alemã permeia todos os espaços que participam da constituição do sujeito alemão, na família, na igreja e na escola”.

Diferentemente da entrevistada anterior, esta demonstra uma segurança maior em relação à língua portuguesa, afirmando que é indiferente falar uma ou outra língua. No entanto, também prevalece a preferência pelos contextos em que pode praticar a sua língua materna.

Apesar dos entrevistados não terem vivenciado o período da implantação do Decreto de Nacionalização, experimentaram também em sua vida escolar a censura da língua alemã e os respingos da política linguística de 1938. Orlandi (2013) explica a relação da língua e suas respectivas políticas, classificando-as conforme as suas razões.

Falar é uma prática política no sentido amplo, quando se consideram as relações históricas e sociais do poder sempre inscritas na linguagem. Paralelamente a esta forma geral de presença do político na linguagem, nós podemos considerar uma noção mais restrita, mais técnica: é a política das línguas ou a política linguística. Pensamos a política linguística a partir de três posições distintas:

1. As políticas linguísticas como razões do Estado, das Instituições que apresentam a questão da *unidade* como valor (como princípio ético);
2. As políticas linguísticas como razões que regem as relações entre povos, entre nações, Estados: a questão da dominação como valor (como princípio ético);
3. As políticas linguísticas como razões relativas aos que falam as línguas: a questão da diversidade como valor (como princípio ético). (ORLANDI, E, 2013, p.106)

A partir disso, podemos observar o quanto uma política linguística é capaz de interferir na vida dos sujeitos, modificando as suas práticas culturais e vivências cotidianas. Os sujeitos entrevistados permitem inferir, a partir de suas falas, que há um desejo sufocado de poder falar a sua língua materna em todas as situações. No entanto, compreendem que isso não é muito bem aceito socialmente, e assim necessitam adequar a sua prática linguística conforme a situação e o meio em que estão inseridos.

A herança linguística dos seus antepassados, no caso a língua alemã, lhes é ainda hoje um traço identitário extremamente forte e faz com que se reconheçam enquanto sujeitos de um grupo que coletivamente busca preservar o que resta de uma cultura imigrante, herança de seus antepassados. A língua, enquanto espaço de enunciação, carrega consigo

toda uma historicidade, e, assim, o falar alemão traz marcas que transcendem o simples fato de manter viva uma língua, pois há em cada sujeito uma história e um contexto, únicos, e que lhe significam no mundo.

Considerações finais

Mesmo a língua sendo afetada pelas condições sócio históricas da interdição de Vargas, por meio da política linguística do projeto de nacionalização de 1938 ela ainda se mantém viva, e praticada cotidianamente pelos descendentes de imigrantes alemães no município de Novo Machado. Notamos também uma consciência da prática linguística, distinta entre os espaços adequados ou não para se falar o alemão.

A partir das entrevistas realizadas, percebemos o quão os traços identitários são atravessados pela língua, que se faz presente nas relações familiares e sociais. Assim, evidencia-se que entre os descendentes de imigrantes alemães no município de Novo Machado prevalece a identificação com a língua alemã, e que possuem o alemão também como língua materna.

Percebemos também a presença de um imaginário de língua, que coloca em determinados momentos e situações a língua alemã que lhes constitui identitariamente em segundo plano, em desprestígio comparado com a língua oficial do país. Bem como com os entrevistados, que demonstram certo receio em relação ao sotaque e influências que a língua materna gerou sobre a língua portuguesa, fazendo-lhes pensar que falam “português atrapalhado”.

A interdição oficial durante o Estado Novo trouxe consequências para a vida dos imigrantes e interferiu diretamente nas suas práticas sociais diárias. Essa interdição ainda hoje ecoa na memória social desse grupo, agora formado pelos descendentes que mantém viva a língua como herança maior da sua identidade enquanto sujeitos.

Como possibilidade de futuras investigações, podemos estudar o processo de permanência ou apagamento da língua no contexto da nova geração, de crianças e adolescentes nascidos em um espaço em que até então se mantinham vivas as práticas da cultura alemã. Assim, teríamos uma nova perspectiva sobre a realidade linguística, partindo da hipótese de que essa geração já não possui a língua alemã como sua língua materna.

REFERÊNCIAS

- BUENO, Andréia; CAMEZ, João; BACKES, Luana e CASTRO, Rodrigo. *A campanha de nacionalização na era vargas*. Disponível em: <http://hipermidia.unisc.br/temposnazistas/nazismo-era-vargas.html>. Acesso em: 10/11/2016.
- CALVET, Jean-Louis. *Sociolinguística: uma introdução crítica*. São Paulo: Parábola, 2002.
- DUARTE, Jorge; BARROS, Antônio. *Métodos e técnicas de pesquisa em Comunicação*. 2ª Ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- GAELZER, Vejane. *Construções imaginárias e memória discursiva de imigrantes Alemães no Rio Grande do Sul*. Jundiaí, Paco Editorial: 2014.
- GUIMARÃES, E. *Semântica do Acontecimento*. Campinas: Pontes, 2005.
- _____. *Enunciação e política de línguas no Brasil*. Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras. N.27, p.47-53. 2003. Santa Maria, RS.
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. *Metodologia do trabalho científico*. 4 ed. São Paulo: Atlas, 1995.
- NEITZKE, Rony Christian. *O nazismo e a repressão do estado novo aos teutos-brasileiros em Curitiba, no contexto da segunda guerra mundial*. Disponível em: <http://www.humanas.ufpr.br/portal/historia/files/2013/12/TCC-RONY.pdf>. Acesso em: 27/08/2015.
- ORLANDI, Eni. *História das ideias linguísticas no Brasil: construção do saber metalinguístico e constituição da língua nacional*. Campinas, SP: Pontes; Cárceres, MT: Unemat Editora, 2001.
- _____. *Política Linguística na América Latina*. Campinas, SP: Pontes, 1988.
- _____. *Língua e conhecimento linguístico: para uma história das ideias linguísticas no Brasil*. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2013.
- PANDOLFI, Dulce. *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: FGV, 2003.
- PAYER, Maria Onice. *Memória da Língua - Imigração e nacionalidade*. Tese de Doutorado, IEL, Unicamp.
- PRIEBE, Gretel; SCHROEDER, Nedi. *Novo Machado conta a sua História*. 2 ed. Novo Machado: 2005.
- SEYFERTH, Giralda. *Nacionalismo e identidade étnica*. Florianópolis: Fundação catarinense de cultura, 1981.
- STUMPF, Ida R.C. Pesquisa bibliográfica. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antônio (orgs.). *Métodos e técnicas de pesquisa em Comunicação*. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2002, p. 51-59.

WEBER, Andrea. *Política de línguas e mídia no mercosul: um estudo enunciativo de jornais de fronteira*. Tese de Doutorado. Santa Maria, RS, 2013.

ZANINI, Maria Catarina Chitolina. *Italianidade: pertencimento, reivindicações e negociações identitárias na região central do Rio Grande do Sul, Brasil*. Disponível em: http://www.fsma.edu.br/visoes/ed03/3ed_artigo5.pdf. 2007.

Artigo recebido em: 18/05/17

Artigo aceito em: 29/06/17